

havendo a tratar o Senhor Presidente deu por encerrada a sessão, sendo a presente ata lavrada e se for achada conforme irá assinada pelo presidente e primeiro secretário.

Walter Fortini  
O. Mantinelli

Ata da vigéssima terceira sessão Ordinária da Câmara Municipal de Sinop - realizadas em 1.989.

Aos vinte e oito dias do mês de agosto de hum mil novecentos e oitenta nove, no horário regimental, a sala das sessões da Câmara Municipal de Sinop, reuniram-se os senhores Vereadores para a realização da sessão perista. Ausente apenas o Vereador Waldemar Brandão, havendo portanto quórum legal, o Senhor Presidente deu por aberto os trabalhos sendo lida e aprovada a ata anterior. Li convite do Senhor Presidente, assumiu a primeira secretaria o Vereador Osmar Mantinelli o qual apresentou as correspondências recebidas e expedidas diversas. Dando sequência aos trabalhos o Senhor Presidente deu ciência aos presentes da pauta do dia comunicando que por motivo de saúde o Presidente do Sindicato dos Madeireiros, não se fazia presente o qual faria uso da tribuna em uma próxima sessão. Apresentado em ato contínuo Emenda e Parecer ao Projeto de Lei

numero oito autouca do Vereador D'Alteu  
mautini, obtendo ambas a aprovaçao. En-  
trando em primeira discussao o Prefeito.  
Transferindo a Presidencia ao Sr. Presi-  
dente, o autor usou da palavra para  
defender a mat'ria. Colocado em discus-  
sao, manifestou-se primeiramente o Ve-  
reador Jorge Lins solicitando que  
fosse apreciado artigo por artigo, conti-  
nuando o Vereador Jose Pedro Serafini  
salientou a necessidade de o prefeito,  
seguido entendimento com o Presidente do  
C.D.L., se fizesse as alteracoes exemplifican-  
do o horario de abertura e fechamento  
para o comercio. Seu funcionamento nos  
dias uteis, nos sabados e domingos, so-  
frendo assim uma nova redacao os ar-  
tigos correspondentes. Joao Medeiros ape-  
sar de entender que a discussao fosse  
de forma global, sugeriu entao a apre-  
sentacao de emenda aditiva com as  
alteracoes para apreciaçao na proxima  
sessao. Jose Pedro Serafini continuou di-  
zendo ter procurado os envolvidos,  
Empregados e Empregadores e ap'os conta-  
tos tomou posicao. Apateado pelo se-  
cretario da mesa, este leu disposicoes  
regimentais que versavam sobre a pri-  
meira discussao e votacao as quais de-  
veria se dar por artigo. Seguindo, o  
apateado disse ter seu posicionamento  
baseado na posicao do Presidente do  
C.D.L., entidades legais, oficiais e represen-  
tativas, tanto quanto do comercio e co-

mercadores. Quanto a Prefeitura afirmou que ela não estava fiscalizando, notificando os que infringiam a lei existente e que o projeto estava alterado, antecipando o horário de atendimento apenas permanecendo fechado conforme a lei. Devido de sua concepção, a grosso modo abria e fechava quem quizesse. No seu entender deveria revogar ou criar nova lei devido da expectativa dos comerciantes e comerciórios. Esclareceu tomara uma posição de bancada, sendo seu posicionamento favorável ao projeto, deixando um alerta para num futuro próximo, com o maior número possível de comerciantes e comerciórios representados quem sabe por uma entidade para nova discussão a respeito. João Medeiros na condição de vereador e líder de Bancada extendeu seu posicionamento divergente do posicionamento apresentado pelo vereador Dalton Matini. Disse que sua bancada pretendia externar um posicionamento ideológico visto que viviam numa estrutura eminentemente capitalista a qual premiava a iniciativa privada a iniciativa privada, o trabalho devendo premiar aqueles que trabalhavam menos. A regulamentação já existente e a apresentada parecia-lhe que tolham os que desferiam trabalho além do horário e no seu entender deveria ficar a livre decisão

R

as cidadãs. Disse entenderem que a lei deveria ser regulamentada para a abertura e fechamento dizendo do horário mínimo e máximo a ser observado. Achar salutar o direito daqueles que quisessem exceder o horário fazendo horas extras, pois o fechamento penalizava o trabalho, e os empregados que se sentissem prejudicados deveriam se recorrer à lei ou através de sindicatos ou associações que interviria em seus nomes. No seu entender o projeto deveria ser alterado de maneira total o enfoque dado, convocando os colegas que entendendo seu posicionamento votassem contra o projeto. Lito-terminação de um horário único de fechamento para o almoço. José Pedro beneficiados o exposto pelos dois últimos projetos de lei. Jorge Abreu entender que o horário de sábado é que parecia-lhe alterar apenas alguma coisa. Destacou a necessidade do cumprimento das leis, após do utilizado em todo país. Honório Sblai, salientando a necessidade de se observar o horário de trabalho conforme a Constituição e deixou seu apoio a proposição constitucional para o trabalho cabendo ao Empregador cuidar.

tumos para o trabalho ou pagar horas  
 extras. Stacia Kirsch entendeu que era  
 necessário uma análise profunda da ma-  
 teira para que não cometessem erros. Ple-  
 tou para o problema de supermercados  
 que vendiam réguas antigas, mostrando-  
 se preocupado, com o possível prejuízo  
 de alguém. Com isso Jorge Brien também  
 referiu-se as partes prejudicadas, salien-  
 tando que como madeireiro, seria a clas-  
 se mais prejudicada, além do problema  
 do comércio que exercia somente um ra-  
 mo de negócio. Esclareceu o autor que a  
 lei vigente em seu artigo cento e sessen-  
 ta e oito parágrafo quatro alinea a já  
 continha determinação a respeito do  
 assunto levantado pelos dois últimos da  
 dois. João Buchade São Paulo achou que  
 os quesitos levantados tinham solução  
 que era uma questão de concorrência e  
 de se educar e caso apurada a lei de-  
 veria ser cumprida. Sebastião de Mattos  
 não via favorecimento de nenhuma das  
 partes, entendendo que os comerciantes deve-  
 iam formar Associação e, existindo leis,  
 ministério do Trabalho, que procurassem  
 para defesa. Conclamando aos comerciantes  
 que entendessem o problema dos trabalha-  
 dores de madeiras. Apateado por José  
 Pedro Serafini este entendeu que se o  
 trabalhador não fosse liberado para as  
 compras alguém da família o faria. Con-  
 tinuando o apateado entendeu que a  
 maioria das famílias trabalhavam todos

A

e que a lei não favorecia nem emprega-  
dos nem empregadores e sim os supermer-  
cados, não entendendo posição notória cau-  
tívica do Líder Itacir Kirsch e ao mes-  
mo tempo dando apoio. Jorge Abreu em  
nome de sua bancada esclareceu que o  
Líder apenas se mostrava preocupado e  
que conforme falava Sebastião de Matos  
referindo-se ao supermercado, dando ao seu  
entender privilégio ao supermercado do li-  
ce. Profeto com isso, pondo em jogo a  
idoneidade do proponente. Defendendo-se  
Sebastião de Matos disse ter se referi-  
do a todos os supermercados, achando sa-  
lutar o cumprimento da lei. João Medei-  
ros solicitou a suspensão dos trabalhos  
por alguns minutos para negociação en-  
tre as bancadas sobre o livre horário e  
de como seria organizado e se rejeitado  
o Profeto sua bancada proporia novo pro-  
jeto. José Pedro Serafini cobrou a observân-  
cia ao que dispunha o Regimento, dando-  
se a primeira votação naquela noite. De-  
do um intervalo a discussão do projeto  
continuou solicitando a Bancada do PL  
pela votação artigo por artigo. O líder da  
Bancada do PFL disse não ter encontrado  
eco em outras bancadas para sua propos-  
ta por isso votariam contra. José Pedro  
Serafini requereu o aceite pela mesa de  
emenda verbal para abertura do comércio  
oito horas e fechamento as dezito horas,  
a qual obteve a aprovação. Em discussão  
e votação logo após artigo por artigo,

seus incisos e parágrafos, onde foram sugiudo emendas as quais foram sendo apreciadas e votadas pela ordem. Por fim o Projeto de lei foi votado em seu todo considerando-se as emendas propostas e em primeira votação obteve a aprovação da maioria. Fez registro o Vereador João Medeiros de sua declaração de voto desafiando a sua transcrição na íntegra, dizendo "votou contra integralmente ao projeto a exceção da emenda proposta pelo Vereador Jorge Ribeiro no sentido de dar possibilidade ao cidadão abrir no domingo. Votei contra porque é meu ponto de vista. Estou absolutamente convicto e consciente do meu voto. Votei contra porque acho que o cidadão tem que ter o direito de trabalhar no momento que ele quiser e que o Estado a municipalidade ou a União, não devem interferir no horário de trabalho. Cada empresário, cada empregado deve ter garantido pelo Estado e sua possibilidade de trabalhar mais do que os outros e de, portanto ganhar mais. Porque entendo que esta é a única forma de acumular riqueza, é a única forma de prosperar, é a única forma desse País sair da crise que está vivendo. É o trabalho trabalho sério, trabalho árduo, de cada um. Foi o meu posicionamento contrário ao projeto tutelando a iniciativa do cidadão vir abrir seu comércio, seu estabelecimento e daquele empregado que quer

D

ir além do seu horário e fazer hora extra ou extras, de se ter um novo turno de trabalho poder conciliar essa realidade. No prosseguimento da pauta entrou em apreciação o Bute Projeto de Lei, número três, autoria de José Pedro Serafini. Foi apresentado pela Comissão de Justiça e Redação e Parecer do Assessor Jurídico que considerou legal a matéria. Após logo após a emenda número cinco, autoria do Senador Jorge Abreu, obtendo a aprovação. Deliberada ainda emenda número seis, autoria de Honório Barreto, que não conseguiu a aquiescência, sendo reprovada pelo Pleno. Nada mais a propor ao Bute Projeto fora colocado em votação sendo aprovado. Aberto espaço para as explicações pessoais, manifestaram-se os Senadores: João Medeiros; comunicando do Telex encaminhado à Bancada Estadual do PFL para que posicionassem-se a respeito do problema de água em Sinop. Jorge Abreu mostrou-se preocupado com a possível má interpretação da lei; esclarecendo que açoques permaneceriam abertos. Disse da necessidade, por ser até compromissado de campanha o trabalho de todos o encaminhamento, fazendo lobby para conseguirem trazer a faculdade para Sinop. Disse acompanhar o trabalho e a movimentação do Executivo a respeito. Porém esse movimento deveria de ser maior pois o processo era demorado. José Pedro Serafini referiu-se a matéria aprovada na gestão



passada por unanimidade que definiu os limites de Cláudia, de modo que o Vereador Waldemar Brandão faltaria com a verdade. Quanto ao Projeto dos horários alertou aos que se sentiram cercados que havia dispositivo regimental que através de ação popular encaminhasse ao Legislativo proposta para ser discutida. Fez referência a parecer favorável do Assessor Jurídico da Casa quanto ao Projeto de sua autoria. Comunicando que defendia o nome do Presidente do Círculo Domingos e sentia-se gratificado, muito embora partido novo e que as idéias propostas eram boas, mostraram que a situação do Brasil era reversível, ainda tinha solução. Staci Kirsch deu cumprimento de providência tomada pelo Executivo a respeito de suprir a necessidade de água. Encerados os posicionamentos o Senhor Presidente esclareceu que a intenção de seu projeto não era de prejudicar comerciantes. Quanto ao assassinato ocorrido a dias passados em Nova, seu repúdio pela má atuação da Polícia. Louvou aos Vereadores para que juntos fossem a Curitiba interceder por fim junto a Secretaria Segurança Pública. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente determinou o encerramento da sessão e a presente ata foi lavrada e se foi achada conforme irá assumir pelo presidente e primeiro secretário.

Walter Justini

Quintelli